



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB  
CAMPUS III – GUARABIRA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ  
CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM DIREITO**

**AURÉLIO SILVA DAMIÃO**

**DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA IDOSA NA CONTEMPORANEIDADE:  
INGRESSO À UNIVERSIDADE**

**GUARABIRA – PB**

**2024**

AURÉLIO SILVA DAMIÃO

**DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA IDOSA NA CONTEMPORANEIDADE:  
INGRESSO À UNIVERSIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Jurídicas Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em direito.

**Área de Concentração:** Direitos Humanos.

**Subárea:** Direitos dos Grupos Socialmente Vulneráveis.

**Orientador:** Prof. Dr. José Baptista de Melo Neto

GUARABIRA – PB

2024

AURÉLIO SILVA DAMIÃO

DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA IDOSA NA CONTEMPORANEIDADE:  
INGRESSO À UNIVERSIDADE

Trabalho de Conclusão Trabalho de Conclusão  
de Curso apresentado ao Centro de Ciências  
Jurídicas Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
bacharel em direito.

**Área de Concentração:** Direitos Humanos.

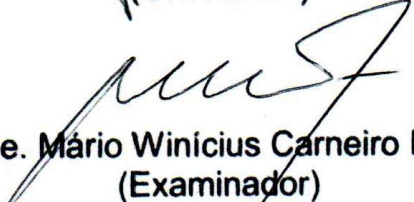
**Subárea:** Direitos dos Grupos Socialmente  
Vulneráveis.

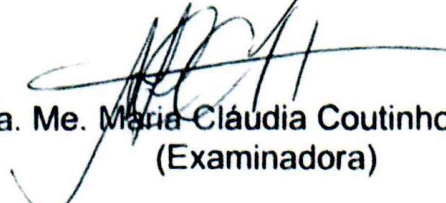
**Orientador:** Prof. Dr. José Baptista de Melo  
Neto

Aprovado em: 19 / junho / 2024.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. José Baptista de Mello Neto  
(Orientador)

  
Prof. Me. Mário Winícius Carneiro Medeiros  
(Examinador)

  
Profa. Me. Maria Cláudia Coutinho Henrique  
(Examinadora)

## **DIREITO À EDUCAÇÃO DA PESSOA IDOSA NA CONTEMPORANEIDADE: INGRESSO À UNIVERSIDADE**

Aurélio Silva Damião\*  
José Baptista de Melo Neto\*\*

### **RESUMO**

Direito à educação está previsto em nosso ordenamento jurídico, mais precisamente em nossa Constituição Federal em seu Artigo 205. Considerando que o tema do ingresso a Universidade no tocante da pessoa idosa é um tema atual e demasiadamente relevante, se levarmos em consideração o envelhecimento populacional, que é um fenômeno bastante constatado nessas primeiras décadas do século XXI, e a importância de proporcionar mais qualidade de vida, oportunidades de aprendizado e inclusão aos mais velhos. Neste contexto, o acesso à educação e às universidades torna-se fundamental para garantir uma vivência plena na terceira idade. Entretanto, diversos desafios e conflitos geracionais podem surgir nesse processo, sendo necessário o amparo de garantias legais que assegurem esse direito. O envelhecimento populacional é uma realidade global, resultado do avanço da medicina e das condições de vida. Com a expectativa de vida cada vez mais elevada, torna-se essencial pensar em medidas que promovam uma velhice ativa e participativa. O acesso à educação é uma dessas medidas, permitindo que idosos tenham a oportunidade de se atualizar, adquirir novos conhecimentos e se manterem intelectualmente estimulados e ativos. O direito à educação, assegurado pela Constituição Federal, é crucial para promover o envelhecimento ativo e saudável, especialmente diante do envelhecimento global da população. O acesso à universidade na terceira idade é fundamental para garantir uma vivência plena nessa fase da vida, embora desafios e conflitos geracionais possam surgir, exigindo apoio legal para garantir esse direito. O envelhecimento populacional, resultante do avanço da medicina, destaca a importância de medidas que promovam uma velhice ativa, sendo a educação uma delas. O conceito de ócio criativo destaca a busca por atividades enriquecedoras na aposentadoria, com a universidade desempenhando um papel vital nesse contexto. O acesso à educação superior para pessoas idosas é uma necessidade premente, demandando políticas públicas específicas e conscientização social para combater a aporofobia, que se manifesta nas instituições educacionais. Investimentos em formação contínua do corpo docente, tecnologias adaptadas e políticas públicas inclusivas são cruciais. A superação de conflitos geracionais requer promoção da diversidade etária e troca de experiências. O texto destaca a necessidade de mais políticas públicas para a inclusão da terceira idade no ensino superior, incentivando a formação continuada do corpo docente e investimentos em tecnologias acessíveis.

**Palavras Chave:** Educação. Pessoa idosa na Universidade. Aporofobia no ambiente Escolar.

## SUMMARY

The right to education is provided for in our legal system, more precisely in our Federal Constitution in Article 205. Considering that the issue of admission to University in relation to the elderly is a current and extremely relevant topic, if we take into account population aging, which is a phenomenon widely observed in these first decades of the 21st century, and the importance of providing a better quality of life, learning opportunities and inclusion for older people. In this context, access to education and universities becomes fundamental to guarantee a full experience in old age. However, several challenges and generational conflicts may arise in this process, requiring the support of legal guarantees that ensure this right. Population aging is a global reality, the result of advances in medicine and living conditions. With life expectancy increasingly high, it is essential to think about measures that promote an active and participatory old age. Access to education is one of these measures, allowing elderly people the opportunity to update themselves, acquire new knowledge and remain intellectually stimulated and active. The right to education, guaranteed by the Federal Constitution, is crucial to promote active and healthy aging, especially in the face of the global aging of the population. Access to university in old age is essential to ensure a full experience in this stage of life, although challenges and generational conflicts may arise, requiring legal support to ensure this right. Population aging, resulting from advances in medicine, highlights the importance of measures that promote active aging, with education being one of them. The concept of creative leisure emphasizes the pursuit of enriching activities in retirement, with the university playing a vital role in this context. Access to higher education for the elderly is a pressing need, requiring specific public policies and social awareness to combat aporophobia, which manifests itself in educational institutions. Investments in ongoing training of the teaching staff, adapted technologies, and inclusive public policies are crucial. Overcoming generational conflicts requires the promotion of age diversity and the exchange of experiences. The text emphasizes the need for more public policies to include the elderly in higher education, encouraging ongoing training of the teaching staff and investments in accessible technologies.

**Keywords:** Education. Elderly person at Universit. Aporophobia in the school environment.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.</b> .....	<b>8</b>
<b>1.1</b>	<b>Empoderamento, Transformação Cultural e Participação Ativa na Sociedade por parta da Pessoa Idosa.</b> .....	<b>8</b>
<b>1.2</b>	<b>Quebra de Estereótipos.</b> .....	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.</b> .....	<b>10</b>
<b>2.1</b>	<b>Período Colonial, a Independência e Primeira República.</b> .....	<b>11</b>
<b>2.2</b>	<b>O Movimento Escola Nova.</b> .....	<b>11</b>
<b>2.3</b>	<b>Ditadura Militar e Acesso Restrito, a Redemocratização e Expansão nos Anos 2000 e Desafios Atuais.</b> .....	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>O ACESSO À EDUCAÇÃO NA LEGISLAÇÃO, O ÓCIO CRIATIVO, A UNIVERSIDADE ACESSÍVEL ÀS PESSOAS IDOSAS.</b> .....	<b>13</b>
<b>3.1</b>	<b>O Ordenamento Jurídico-Positivo e a Educação no Brasil.</b> ....	<b>13</b>
<b>3.2</b>	<b>O Ócio Criativo.</b> .....	<b>15</b>
<b>3.3</b>	<b>Aprendizado Contínuo, a Integração Social, o Estímulo Mental, a Contribuição para a Diversidade e o Envolvimento Cultural da Pessoa Idosa.</b> .....	<b>16</b>
<b>3.4</b>	<b>O Acesso à Universidade para a Pessoa Idosa.</b> .....	<b>17</b>
<b>4</b>	<b>CONFLITOS GERACIONAIS, APOROFOBIA, ETARISMO OU IDADISMO.</b> .....	<b>18</b>
<b>4.1</b>	<b>As Gerações Distintas se Conflitam.</b> .....	<b>18</b>
<b>4.2</b>	<b>Aporofobia e o Etarismo ou Idadismo.</b> .....	<b>20</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES.</b> .....	<b>27</b>
	<b>REFERÊNCIAS.</b> .....	<b>29</b>

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Damiao, Aurelio Silva.

Direito à educação da pessoa idosa na contemporaneidade [manuscrito] : ingresso à universidade / Aurelio Silva Damiao. - 2024.

29 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. José Baptista de Mello Neto, Coordenação do Curso de Direito - CH. "

1. Educação. 2. Pessoa Idosa. 3. Aporofobia na Educação.

I. Título

21. ed. CDD 342.10846

## 1 INTRODUÇÃO

O direito à educação é um princípio fundamental que deve ser assegurado a todas as pessoas, independentemente de sua idade, etnia e crenças, ou por conta de sua orientação sexual. No caso das pessoas idosas, o acesso à educação é ainda mais relevante para toda a sociedade, pois contribui para o desenvolvimento pessoal, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida, evitando o ostracismo. Contudo, o acesso à educação para pessoas idosas ainda enfrenta inúmeros desafios. Dentre eles, podemos citar a falta de políticas públicas voltadas para essa faixa etária específica e a escassez de programas educacionais direcionados aos idosos. Além disso, existe a questão do preconceito e da discriminação geracional, que muitas vezes impede que idosos se sintam bem-vindos em ambientes acadêmicos. Neste contexto, este trabalho discutirá o direito à educação do idoso, enfocando o acesso à universidade e os conflitos geracionais. Apoiando-se em legislações e pesquisas acadêmicas, serão apresentados argumentos que ressaltam a importância de garantir o acesso pleno dos idosos ao ensino superior, ao mesmo tempo em que se aborda a necessidade de conscientização e superação dos conflitos entre gerações que podem surgir nesse processo, sendo necessário o amparo de garantias legais que assegurem esse direito.

Observamos um novo paradigma para as pessoas idosas, elas estão procurando, ocupando os espaços educativos; um indivíduo que pensa e atua de forma diferente dos demais, exigindo tratamento diferenciado, lutando pelos seus direitos e por sua cidadania.

### **1.1. Empoderamento, Transformação Cultural e Participação Ativa na Sociedade por parte da Pessoa Idosa**

A busca por educação representa não apenas a aquisição de conhecimento, mas também um ato de empoderamento para os idosos. Ao



ocupar espaços educativos, eles afirmam sua capacidade de aprendizado contínuo e contribuição ativa para a sociedade.

A referência à contribuição para a construção de uma nova cultura destaca a importância da diversidade de experiências na formação de uma sociedade rica e multifacetada. Os idosos trazem consigo uma bagagem única que pode enriquecer o ambiente acadêmico e cultural.

Ingressar em uma universidade não apenas amplia os horizontes intelectuais, mas também oferece aos idosos a oportunidade de se envolverem ativamente na vida social. Participar de discussões acadêmicas, eventos culturais e interagir com estudantes de diferentes faixas etárias contribui para sua inserção e integração na sociedade.

## **1.2. Quebra de Estereótipos**

Ao buscar educação, os idosos desafiam estereótipos relacionados à idade e demonstram que a sede de conhecimento não tem limites temporais. Isso contribui para uma mudança de paradigma, promovendo uma visão mais inclusiva e respeitosa em relação aos mais velhos.

A educação contínua também está associada à promoção da saúde mental em idades avançadas. Estudos indicam que o envolvimento intelectual pode contribuir para a manutenção da saúde cognitiva e emocional na terceira idade.

Apesar dos benefícios, é crucial abordar os desafios enfrentados pelos idosos ao buscar educação, incluindo questões de acessibilidade, preconceito e falta de políticas específicas. Destacar esses desafios pode servir como base para a formulação de soluções mais abrangentes e inclusivas.

Ao abordar esses pontos, é possível ampliar a compreensão sobre como a educação se torna um agente transformador na vida dos idosos, proporcionando não apenas crescimento individual, mas também contribuições significativas para a sociedade em geral.

## 2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Atualmente se discute sobre os caminhos do Ensino Superior no Brasil e a importância da participação de toda a sociedade para que sejam alinhadas políticas públicas que visem a melhoria na qualidade da educação e o acesso dos cidadãos a essa modalidade de ensino o nível superior.

A história da educação no Brasil remota dos tempos da chegada dos portugueses no início do século XVI com a vinda da Companhia de Jesus, cujos integrantes eram conhecidos como Jesuítas, eram padres, sendo estes, na prática os únicos educadores no Brasil colônia por mais e 200 anos. Eles fundaram muitas escolas destinadas à alfabetização, mas os padres Jesuítas davam uma prioridade maior ao ensino secundário, o que, à época, era considerado ensino superior. Uma nova realidade na educação no Brasil se deu em 1759, quando os Jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias.

Com a eminente invasão das tropas de Napoleão Bonaparte a Portugal, fez com que a família real Portuguesa fugisse para o Brasil com o apoio dos ingleses, em 1808. E com ela constatou-se o nascimento de várias instituições científicas e culturais, como também se constata os primeiros cursos técnicos e cursos superiores.

Esse efeito é verificado por conta da demanda que a família real Portuguesa tinha por profissionais específicos, o que refletiu em todo curso histórico do ensino superior no Brasil.

Com a partida da família real Portuguesa e conseqüentemente a declaração de independência do Brasil gerou-se novos paradigmas sociais, econômicos e políticos. A Constituição de 1824, nossa primeira Carta Magna, só assegurava aos cidadãos o ensino primário e gratuito.

Com a Proclamação da República houve uma descentralização da educação básica, com tudo a universalização do ensino fundamental foi obstaculizado pelas classes dominantes, o que gerou e gera um distanciamento maior entre as elites brasileiras e a maioria da parcela da sociedade que notadamente vivem na linha da pobreza ou da pobreza extrema.

Após o término da primeira grande guerra houve um início de um movimento de renovação da educação no País através de um novo contexto econômico, cultural e político. Nesse período em questão surgem grandes expoentes da educação como Anísio Teixeira (1900 – 1971) foi um educador, intelectual e político brasileiro. Ele desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da educação no Brasil e foi um defensor fervoroso da Escola Nova. Teixeira foi um dos fundadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e ocupou diversos cargos importantes, incluindo a Direção Geral de Educação no Ministério da Educação e Saúde. E Fernando de Azevedo (1894 – 1974) foi outro educador influente e figura-chave no movimento da Escola Nova. Ele foi um dos fundadores da Universidade de São Paulo (USP) e desempenhou papéis importantes no campo da educação e cultura. Azevedo participou ativamente da elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

## **2.1 Período Colonial, a Independência e Primeira República**

Durante o período colonial, o Brasil não possuía instituições de ensino superior. A educação estava centralizada nas mãos da Igreja Católica, com os Jesuítas sendo os principais responsáveis pela instrução.

Com a chegada da família real portuguesa em 1808, algumas mudanças ocorreram. Foram criadas as primeiras faculdades, como a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro. Contudo, o acesso ainda era restrito, concentrado em uma elite educada.

Após a independência em 1822, a educação superior continuou limitada. Durante a Primeira República (1889 – 1930), houve esforços para expandir o ensino, mas o acesso ainda era restrito a poucos.

## **2.2 O Movimento Escola Nova**

O movimento da Escola Nova foi uma corrente pedagógica que buscava uma renovação no ensino, afastando-se dos métodos tradicionais e autoritários.

Defendia a ideia de uma educação mais ativa, centrada no aluno, com ênfase no desenvolvimento integral da personalidade e na interação entre teoria e prática.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova foi um documento histórico assinado por diversos educadores, intelectuais e políticos, incluindo Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. O documento expressava uma visão progressista e reformista para a educação brasileira. Dentre as principais bandeiras levantadas no manifesto estavam a defesa do ensino público, laico, gratuito e obrigatório, além da valorização do educador e a busca por uma educação que estivesse alinhada com os princípios democráticos.

Esse manifesto teve grande impacto na história da educação brasileira, influenciando políticas públicas e ajudando a moldar os rumos da educação no país. A Escola Nova e seus defensores buscavam uma educação mais inclusiva, democrática e sintonizada com as transformações sociais e culturais do Brasil da época. Nessa conjuntura o governo da Paraíba envia o educador José Baptista de Mello para realizar observações no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Uruguai, visando reformar a educação no Estado. Ao regressar, elaborou um Plano de Reforma do ensino Público da Paraíba, baseado na filosofia da Escola Nova, que buscava modernizar a metodologia educativa e diversificar as atividades curriculares.

As universidades pioneiras do Brasil foram criadas, primeiramente no Rio de Janeiro (1920), logo em seguida em Minas Gerais (1927), pouco depois constituiu-se as de São Paulo e Porto Alegre (1934). Na atualidade as instituições de ensino superior encontram-se espalhadas por todo o território nacional, sejam elas públicas ou privadas, entretanto só a partir da década de 90 do século passado foi dado início às políticas públicas que facilitaram o acesso à universidade. Mesmo com essa maior suposta facilidade ao ensino superior proporcionados por programas como Universidade para todos (ProUni), o programa de financiamento estudantil (Fies), além dos planos de Restauração e expansão das Universidades Federais (Reuni), como também o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), como também o aumento significativo dos cursos a distância, bem como as políticas de cotas fazerem um papel primordial. Mas

ainda é possível se observa uma limitação de oportunidades nessas distribuições de vagas.

O ensino superior no Brasil tem uma história marcada por períodos de exclusão e acesso restrito. Ao longo do tempo, o cenário educacional passou por transformações, refletindo as mudanças políticas, econômicas e sociais do país. Abaixo, destaco alguns pontos-chave dessa trajetória refazendo toda linha do tempo, desde os primórdios da educação no país chegando aos dias atuais.

### **2.3 Ditadura Militar e Acesso Restrito, a Redemocratização e Expansão nos Anos 2000 e Desafios Atuais**

Durante a Ditadura Militar (1964 – 1985), a educação foi controlada e, em alguns momentos, restringida. O acesso ao ensino superior continuava a ser marcado por desigualdades socioeconômicas.

Com o fim da Ditadura, a redemocratização trouxe novos debates sobre a democratização do acesso à educação superior. Surgiram políticas de cotas e ações afirmativas visando incluir grupos historicamente excluídos.

Nos anos 2000, houve uma significativa expansão do ensino superior, com a criação de novas universidades e a ampliação de vagas. No entanto, desafios persistem, incluindo a qualidade do ensino, a falta de recursos e a necessidade contínua de garantir a inclusão de grupos marginalizados.

Embora tenha havido avanços na democratização do acesso ao ensino superior, ainda existem desafios a serem superados para garantir uma educação superior verdadeiramente inclusiva e de qualidade no Brasil. A equidade no acesso, a superação das desigualdades socioeconômicas e a promoção de políticas eficazes são aspectos cruciais a serem abordados para transformar a história de exclusão em uma narrativa de oportunidades para todos.

## **3 O ACESSO À EDUCAÇÃO NA LEGISLAÇÃO, O ÓCIO CRIATIVO, A UNIVERSIDADE ACESSÍVEL ÀS PESSOAS IDOSAS**

### **3.1. O Ordenamento Jurídico-Positivo e a Educação no Brasil**

No âmbito legal, garantir a educação à pessoa idosa é imprescindível para o fortalecimento da sociedade e do Estado Democrático de Direito. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Além disso, o Estatuto do Idoso, a Lei 10.741 de 2003, em sua nova redação dada pela Lei 14.423 de 2022, assegura esse direito e busca garantir a inclusão e a participação da pessoa idosa em sociedade, ficando bem esclarecido em seu artigo 3º “É obrigação a família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária”, esse dispositivo Constitucional ressalta o caráter universal do direito à educação, sem nenhuma ressalva. Ainda assim, se faz necessário avançar e fortalecer essas garantias legais, ampliando as políticas públicas voltadas para a educação das pessoas idosas. É fundamental que sejam desenvolvidos metodologia e abordagens adequadas as particularidades dessa faixa etária. Além disso, é necessário conscientizar a sociedade sobre a importância do respeito aos direitos dos idosos, da contribuição deles para a educação e a construção do conhecimento.

Tomando por base o texto Constitucional e a legislação vigente com relação à pessoa idosa, são imprescindíveis que sejam desenvolvidas políticas públicas que visem garantir o acesso da pessoa idosa ao sistema educacional em todos os níveis, proporcionando-lhes a oportunidade de desenvolverem suas habilidades, capacidades e interesses. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) prevê a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que é uma modalidade de ensino voltada para pessoas que não tiveram acesso à educação na idade apropriada. Essa modalidade pode ser acessada por pessoas idosas que desejam retomar ou iniciar seus estudos. Contudo, é importante salientar que a promoção do direito à educação das pessoas idosas

não deve limitar-se apenas às etapas iniciais do ensino, mas também estender-se ao ensino superior.

Nesse trecho destacamos a importância legal de garantir a educação para pessoas idosas no Brasil, citando a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Estatuto da Pessoa Idosa como instrumentos que reconhecem e asseguram esse direito. Além disso, ressaltamos a necessidade de avançar e fortalecer essas garantias por meio do desenvolvimento de políticas públicas específicas. Como também destacamos a importância de metodologias e abordagens adaptadas às particularidades da faixa etária idosa, assim como a conscientização da sociedade sobre a contribuição dos idosos para a educação e construção do conhecimento.

No entanto, é importante destacar que, apesar das garantias legais, ainda podem existir desafios práticos e culturais que dificultam o acesso efetivo de pessoas idosas à educação. É fundamental que políticas públicas e instituições de ensino considerem esses desafios e promovam ambientes inclusivos e adaptados às necessidades específicas desse público.

A promoção do envelhecimento ativo e saudável envolve não apenas o acesso à educação, mas também a criação de espaços de convívio, oportunidades de participação social e o combate a estigmas e preconceitos relacionados à idade. O diálogo e a conscientização sobre a importância da inclusão de pessoas idosas em diferentes esferas da sociedade são passos fundamentais para construir uma sociedade mais justa e igualitária para todas as faixas etárias.

Em geral, a legislação brasileira busca garantir a igualdade de oportunidades e combater todas as formas de discriminação no ensino superior, promovendo a inclusão e a diversidade. No entanto, é importante ressaltar que ainda existem desafios a serem enfrentados e a conscientização e o combate a essas formas de discriminação devem ser uma constante na sociedade.

### **3.2 O Ócio Criativo**

O conceito de "ócio criativo" foi popularizado pelo sociólogo e economista italiano Domenico De Masi (1938 – 2023). Ele propôs a ideia de que, em vez de serem meramente passivos em seu tempo livre, as pessoas podem buscar atividades criativas e enriquecedoras, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social. Esse conceito está relacionado ao uso construtivo do tempo livre para atividades que promovam o aprendizado, a criatividade e o bem-estar.

Quando aplicado ao contexto universitário e à pessoa idosa, o ócio criativo pode ser uma abordagem valiosa para promover a educação ao longo da vida. Muitas universidades e instituições de ensino oferecem programas específicos para adultos mais velhos que desejam continuar aprendendo e se engajando intelectualmente, mesmo após a aposentadoria.

A inclusão de pessoas idosas em ambientes universitários, notadamente no corpo Discente, só vai trazer diversos benefícios para as Instituições de Ensino Superior no Brasil.

### **3.3. Aprendizado Contínuo, a Integração Social, o Estímulo Mental, a Contribuição para a Diversidade e o Envolvimento Cultural da Pessoa Idosa**

O acesso à educação permite que pessoas idosas continuem aprendendo, adquirindo novos conhecimentos e habilidades.

Participar de atividades acadêmicas proporciona interação social, contribuindo para a construção de novas amizades e para a integração na comunidade universitária.

O envolvimento em atividades intelectuais ajuda a manter a mente ativa, promovendo a saúde cognitiva.

A presença de pessoas de diferentes faixas etárias contribui para a diversidade de perspectivas e experiências no ambiente acadêmico.

Universidades muitas vezes oferecem eventos culturais, palestras e atividades extracurriculares que enriquecem a vida cultural das pessoas idosas.

Para promover o acesso de pessoas idosas à educação universitária, é importante que as instituições tenham políticas inclusivas, ofereçam programas adaptados às necessidades desse público e criem um ambiente acolhedor.



Incentivar a participação intergeracional também pode ser benéfico, permitindo a troca de conhecimentos e experiências entre diferentes gerações.

A valorização do ócio criativo na terceira idade e a promoção de oportunidades educacionais para pessoas mais velhas contribuem para uma sociedade mais inclusiva e para o desenvolvimento contínuo de habilidades ao longo da vida.

### **3.4 O Acesso à Universidade para a Pessoa Idosa**

O envelhecimento populacional é uma realidade global, resultado do avanço da medicina e das condições de vida. Com a expectativa de vida cada vez mais elevada, torna-se essencial pensar em medidas que promovam uma velhice ativa e participativa. O acesso à educação é uma dessas medidas, permitindo que idosos tenham a oportunidade de se atualizar, adquirir novos conhecimentos e se manterem intelectualmente estimulados.

O acesso à educação superior, historicamente, foi restrito a uma parcela da população abastada, branca, provenientes de escolas particulares e jovem. No entanto, com o envelhecimento da população e a necessidade de inclusão social dos idosos, surgiu a necessidade de promover a inserção desses indivíduos no ensino superior.

Nesse sentido, o acesso à universidade para os idosos é um tópico importante a ser discutido. Embora muitas instituições de ensino superior adotem políticas de bolsas de estudo e descontos para pessoas idosas, ainda é necessário ampliar essas iniciativas e garantir que a acessibilidade seja efetiva. O retorno à universidade, ou em quaisquer fases do ensino, pode ser uma experiência valiosa para os idosos, proporcionando-lhes a oportunidade de aprender e compartilhar conhecimentos em um ambiente acadêmico enriquecedor. Os conflitos geracionais também podem surgir nesse contexto, uma vez que a presença de idosos na universidade pode gerar desconforto para os mais jovens. O convívio intergeracional é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva que valorize a diversidade em todas as suas

formas. Porém, para que essa convivência seja saudável, se faz necessário fomentar o respeito recíproco.

Para atender essa demanda, algumas universidades brasileiras criaram políticas de acesso específicas para os idosos. Um exemplo é a Universidade de São Paulo (USP), que possui o programa USP Aberta à Terceira Idade, que oferece cursos de graduação e pós-graduação para alunos com 60 anos ou mais. O programa busca promover a valorização do conhecimento e a inclusão social dos idosos, estimulando a participação ativa e a interação entre as gerações.

Entretanto, apesar das iniciativas existentes, é importante ressaltar que ainda persistem desafios no acesso dos idosos à universidade. Barreiras físicas, como a falta de acessibilidade nas instituições de ensino, podem dificultar a participação plena dos idosos. Além disso, existe a necessidade de uma maior oferta de vagas específicas para essa faixa etária e a promoção de políticas que incentivem as universidades a adaptarem seus currículos para atender às demandas específicas desse público.

## **4 CONFLITOS GERACIONAIS, APOROFOBIA, ETARISMO OU IDADISMO**

### **4.1 As Gerações Distintas se Conflitam**

O preconceito e a desinformação sobre o envelhecimento podem levar a visões estereotipadas e negativas sobre as pessoas idosas, prejudicando a inclusão social e seu acesso à educação, principalmente no ambiente das universidades.

Os conflitos geracionais no ambiente universitário referem-se às tensões, mal-entendidos ou diferenças que podem surgir entre diferentes gerações de estudantes, professores e funcionários em uma instituição de ensino superior. Esses conflitos podem ser influenciados por uma variedade de fatores, incluindo diferentes valores, expectativas, estilos de comunicação e experiências de vida

associadas a cada geração. Aqui estão alguns aspectos comuns relacionados a conflitos geracionais no ambiente universitário.

Diferentes gerações podem ter estilos de aprendizado distintos, influenciados por experiências educacionais prévias e preferências de tecnologia. Isso pode levar a desafios na adaptação de métodos de ensino e avaliação.

A rapidez com que a tecnologia avança pode criar lacunas de conhecimento entre as gerações. Enquanto estudantes mais jovens podem estar mais familiarizados com novas tecnologias, professores mais velhos podem enfrentar desafios para integrá-las ao ensino.

Diferentes gerações podem ter expectativas distintas em relação à carreira e empregabilidade. Por exemplo, estudantes mais jovens podem valorizar mais a flexibilidade no trabalho, enquanto gerações mais antigas podem dar mais importância à estabilidade.

As expectativas sobre o envolvimento dos estudantes em atividades extracurriculares, participação em movimentos estudantis ou compromisso com a comunidade podem variar de acordo com as gerações, levando a desentendimentos.

Professores de diferentes gerações podem ter abordagens pedagógicas distintas. Por exemplo, alguns podem preferir métodos tradicionais de ensino, enquanto outros optam por abordagens mais inovadoras.

Diferentes gerações podem ter diferentes perspectivas sobre a autoridade e a hierarquia no ambiente acadêmico. Isso pode influenciar a dinâmica nas salas de aula e nas relações entre estudantes e professores.

Funcionários de diferentes gerações podem ter visões distintas sobre o ambiente de trabalho, flexibilidade, equilíbrio entre vida profissional e pessoal, entre outros aspectos.

Abordar conflitos geracionais requer uma abordagem sensível, promovendo a compreensão mútua e a valorização das contribuições de cada geração. Iniciativas que promovam o diálogo, programas de monitoria intergeracional e estratégias para integrar tecnologias de forma inclusiva podem ser úteis para criar um ambiente mais harmonioso no contexto universitário.

## 4.2 Aporofobia e o Etarismo ou Idadismo

O termo Aporofobia termo foi cunhado pela professora de filosofia, ética e letras espanhola Adela Cortina (1947 –), esta denominação surge da união de duas expressões gregas: *á-poros* (pobre, sem recursos) e *fobos* (medo, aversão, ódio), segundo ela trata-se de uma patologia e como tal devendo ser tratada e combatida, não sendo uma novidade esse fenômeno, para não denominar atrocidade, que sempre esteve arraigado em nossa sociedade.

Aporofobia, etarismo e idadismo são termos que se referem a diferentes formas de discriminação e preconceito. Aporofobia, já referido anteriormente, é o medo, aversão ou discriminação contra pessoas pobres ou em situação de rua. Etarismo é a discriminação baseada na idade, ou seja, a discriminação contra pessoas mais velhas ou mais jovens. Já o idadismo é a discriminação baseada exclusivamente na idade, seja ela mais nova ou mais velha.

Não podemos resumir, simplesmente ao medo, a aversão ou o menosprezo por pessoas pobres, marginalizadas ou até mesmo as pessoas vulneráveis, como é o caso da pessoa idosa. Esses tipos de preconceitos podem se manifestar em diferentes âmbitos sociais, incluindo a educação.

Em relação à aporofobia, que é a discriminação contra pessoas em situação de vulnerabilidade social, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece que o acesso à educação superior deve ser garantido a todos, sem qualquer forma de discriminação. Além disso, a Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) reserva vagas para estudantes de baixa renda, visando promover a inclusão social no ensino superior.

No que diz respeito ao etarismo, que é a discriminação baseada na idade, a Constituição Federal estabelece a igualdade de direitos e proíbe qualquer forma de discriminação, incluindo a idade.

Quanto ao idadismo, que é a discriminação baseada na idade, a legislação brasileira não possui medidas específicas para combatê-lo no ensino superior. No entanto, a Constituição Federal proíbe qualquer forma de discriminação, incluindo a idade, e o Ministério da Educação (MEC) tem

implementado políticas de inclusão e acesso ao ensino superior para todos, independentemente da idade.

Aporofobia o etarismo ou idadeísmo se manifestam no ambiente educacional, desde a falta de políticas públicas específicas para a inclusão de pessoas pobres ou marginalizadas, nessa classe incluímos as pessoas idosas, até o tratamento discriminatório de alunos, funcionários e professores por sua condição social.

No contexto do ensino superior, essas formas de discriminação podem se manifestar de diferentes maneiras. Por exemplo, a aporofobia pode ser observada na exclusão ou marginalização de estudantes de baixa renda, que enfrentam dificuldades financeiras para frequentar a universidade. O etarismo pode se manifestar na valorização excessiva de estudantes mais jovens em detrimento dos mais velhos, ou vice-versa. O idadeísmo pode levar à negação de oportunidades educacionais com base exclusivamente na idade do indivíduo.

A manifestação da aporofobia no ambiente educacional é um aspecto crítico que precisa ser compreendido e abordado. Aqui estão alguns pontos adicionais que podem ser explorados para aprofundar essa discussão:

A falta de políticas públicas específicas para inclusão pode resultar em disparidades significativas no acesso à educação entre diferentes grupos sociais. Isso inclui não apenas pessoas idosas, mas também aqueles que são economicamente desfavorecidos. A falta de recursos e oportunidades adequadas pode perpetuar o ciclo da pobreza e da exclusão educacional.

A aporofobia pode se manifestar através de atitudes discriminatórias e estigmatizantes em relação aos alunos, funcionários e professores provenientes de contextos socioeconômicos desfavorecidos. Essa discriminação pode se refletir em tratamento diferenciado, falta de apoio acadêmico e até mesmo exclusão social no ambiente educacional.

O tratamento discriminatório com base na condição social pode ter impactos significativos na autoestima e motivação dos indivíduos. Isso pode afetar negativamente o desempenho acadêmico e a disposição para buscar oportunidades educacionais adicionais, como o acesso à universidade na terceira idade.

Para combater a aporofobia na educação, é crucial implementar programas de sensibilização que promovam a compreensão das diferentes realidades socioeconômicas. Isso envolve educar alunos, professores e funcionários sobre os desafios enfrentados por aqueles em situação de vulnerabilidade e incentivar uma cultura de respeito e inclusão.

A implementação de políticas de ação afirmativa pode ser uma abordagem eficaz para combater a aporofobia. Isso pode incluir a reserva de vagas em instituições de ensino para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, incluindo idosos, garantindo assim maior representatividade e oportunidades equitativas.

A educação continuada, especialmente para pessoas idosas, é essencial para combater a aporofobia. Oferecer oportunidades de aprendizado ao longo da vida, adaptadas às necessidades específicas dessa população, contribui para a quebra de estereótipos negativos e promove a inclusão.

É fundamental implementar sistemas de acompanhamento e avaliação para identificar casos de aporofobia no ambiente educacional. Isso permite uma resposta rápida e eficaz para corrigir comportamentos discriminatórios e promover um ambiente mais inclusivo.

Abordar a aporofobia, o etarismo e o idadismo na educação requer um esforço conjunto de instituições educacionais, formuladores de políticas e da sociedade em geral. A promoção da equidade no acesso à educação é fundamental para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Para coibir a aporofobia, ao menos na educação, são necessários investimentos maciços na formação de professores que estejam aptos a lidar com a diversidade de pensamentos e saberes, com a intencionalidade de promover a igualdade social, com o objetivo de gerar uma melhor qualidade de vida as pessoas idosas.

É importante combater essas formas de discriminação no ensino superior, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua situação socioeconômica, idade ou origem. Isso pode ser feito por meio de políticas de acesso e permanência que considerem a diversidade de perfis dos estudantes, programas de assistência

estudantil e ações afirmativas que busquem reduzir as desigualdades existentes. Além disso, é essencial promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade no ambiente acadêmico, garantindo que todos os estudantes se sintam acolhidos e respeitados.

É fundamental a formação de um corpo docente capacitado para laborar respeitando a diversidade, como também as necessidades específicas de uma população idosa, população essa, como foi dito anteriormente, que cresce em ritmo acelerado, enquanto a taxa de natalidade só vem caindo em termos mundiais, cujo Brasil não está de fora desse novo paradigma global.

Não se pode deixar de citar a importância de investimentos em tecnologias voltadas para a população idosa, como aplicativos e equipamentos que facilitem o aprendizado e o acesso à informação de forma lúdica e adequada às suas limitações.

Esse ponto ressalta uma consideração essencial sobre a inclusão digital e tecnológica da população idosa. Aqui estão alguns pontos adicionais que podem ser explorados para enriquecer essa discussão:

O acesso a tecnologias educacionais não apenas facilita o aprendizado, mas também capacita os idosos a se tornarem parte integrante da sociedade digital. Esse empoderamento é fundamental para reduzir a exclusão social e promover uma participação mais ativa.

Ao investir em tecnologias específicas para idosos, é possível desenvolver aplicativos que levem em consideração suas necessidades e limitações. Interfaces intuitivas, opções de acessibilidade e conteúdos adaptados podem tornar a experiência tecnológica mais amigável.

Junto com o investimento em tecnologias, é importante fornecer treinamento adequado para os idosos. Programas de capacitação que abordem desde conceitos básicos de uso de dispositivos até habilidades mais avançadas podem aumentar a confiança e a competência digital.

As tecnologias também podem servir como ponte para a comunicação entre diferentes gerações. A troca de conhecimentos tecnológicos entre idosos e jovens pode fortalecer os laços familiares e comunitários, além de criar oportunidades para aprendizado mútuo.

Ao desenvolver tecnologias educacionais, é crucial adotar princípios de acessibilidade e design universal. Isso significa criar produtos que possam ser utilizados por pessoas com diferentes habilidades e níveis de familiaridade com a tecnologia, garantindo uma experiência inclusiva.

Tecnologias educacionais podem desempenhar um papel importante na redução do isolamento social, permitindo que os idosos se conectem virtualmente com colegas de classe, professores e outros membros da comunidade acadêmica, mesmo em contextos de educação a distância.

Além do aprendizado, as tecnologias podem ser utilizadas para monitoramento da saúde, permitindo que os idosos acompanhem indicadores importantes e recebam suporte remoto quando necessário.

Ao destacar esses aspectos, a importância dos investimentos em tecnologias educacionais para a população idosa se torna ainda mais abrangente, abordando não apenas o aprendizado, mas também a inclusão social, a saúde e o bem-estar geral.

É de fundamental importância reconhecer a necessidade de mais políticas públicas voltadas para a inclusão da terceira idade na educação de nível superior. Essas políticas devem abranger uma gama de áreas para garantir que os idosos tenham acesso equitativo às oportunidades educacionais. Algumas áreas específicas que podem ser consideradas incluem:

Estabelecimento de bolsas de estudo específicas para idosos, proporcionando ajuda financeira para cobrir mensalidades e despesas relacionadas à educação.

Descontos ou isenções fiscais para instituições de ensino que promovem a inclusão de idosos.

Desenvolvimento de programas de ensino a distância adaptados às necessidades e habilidades dos idosos, permitindo maior flexibilidade no acesso ao ensino superior.

Investimento em tecnologias educacionais acessíveis para garantir que os idosos possam participar efetivamente de cursos online.



Financiamento para aquisição de equipamentos tecnológicos, como computadores, tablets e dispositivos de acessibilidade, para facilitar a participação de idosos em ambientes educacionais.

Adaptação de espaços físicos nas instituições para torná-los mais acessíveis e confortáveis para os idosos.

Programas de capacitação para professores e funcionários administrativos, visando sensibilizá-los para as necessidades específicas dos alunos idosos e promovendo práticas inclusivas.

Incentivo à contratação de profissionais especializados em educação gerontológica.

Realização de campanhas de conscientização para promover a importância da inclusão de idosos na educação superior, destacando os benefícios individuais e sociais desse processo.

Estabelecimento de mecanismos regulares de avaliação das políticas existentes, com ajustes contínuos para garantir sua eficácia e relevância.

Fomento a parcerias entre instituições de ensino, organizações da sociedade civil e setor privado para ampliar o alcance e a eficácia das políticas de inclusão.

Implementação de programas de mentoria que conectem os idosos aos recursos e apoios necessários para terem sucesso em seus estudos.

Oferta de serviços de apoio psicossocial para lidar com desafios emocionais e sociais que os idosos possam enfrentar durante sua jornada educacional.

Ao abordar esses aspectos, as políticas públicas podem desempenhar um papel fundamental na promoção da inclusão educacional da terceira idade, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e enriquecida pela diversidade de experiências e conhecimentos.

Para a superação dos conflitos geracionais e a promoção da inclusão do idoso na educação, principalmente no ensino superior, é essencial promover a conscientização e a valorização da diversidade etária. A educação para todos, independentemente da idade, é uma forma de promover o encontro de gerações

e a troca de experiências enriquecendo a formação dos alunos a construção de uma sociedade mais justa e integrada.

Superar os conflitos geracionais e promover a inclusão do idoso na educação, especialmente no ensino superior, requer esforços coordenados em várias frentes.

Aqui estão algumas estratégias que podem contribuir para essa superação:

Desenvolver campanhas de conscientização para promover uma compreensão mais profunda das questões enfrentadas pelos idosos na busca pela educação.

Realizar palestras, workshops e eventos que destaquem a importância da diversidade etária e os benefícios da interação entre diferentes gerações.

Estabelecer programas que incentivem a interação entre diferentes faixas etárias, tanto dentro quanto fora do ambiente educacional.

Criar oportunidades para atividades colaborativas, como projetos de pesquisa, grupos de estudo ou atividades extracurriculares, que envolvam participantes de diferentes idades.

Implementar políticas específicas que garantam a inclusão de idosos no ensino superior, como a criação de programas de bolsas de estudo, descontos em mensalidades ou adaptações nas estruturas acadêmicas para atender às necessidades específicas dessa faixa etária.

Promover a ideia de educação ao longo da vida, destacando que o aprendizado não tem idade e que todos podem contribuir significativamente para o ambiente acadêmico, independentemente da fase da vida em que se encontram.

Incentivar o respeito pela diversidade de experiências, reconhecendo que cada geração traz consigo conhecimentos valiosos e perspectivas únicas.

Integrar o currículo com histórias e exemplos que reflitam a diversidade geracional, proporcionando uma compreensão mais completa da sociedade.

Oferecer treinamento para professores e equipe administrativa sobre a importância da inclusão de idosos na educação e estratégias para criar um ambiente acolhedor para todas as idades.

Avaliar regularmente as políticas e práticas institucionais para identificar áreas que necessitam de melhorias na inclusão de idosos.

Adaptar continuamente os métodos de ensino e as estruturas curriculares para atender às necessidades específicas dos estudantes mais velhos.

Criar grupos de apoio ou mentorias entre estudantes mais jovens e idosos, proporcionando uma rede de apoio que promova a integração e ajude a superar possíveis conflitos geracionais.

Ao adotar essas abordagens, é possível criar um ambiente educacional mais inclusivo, onde pessoas de todas as idades se sintam valorizadas e contribuam para uma aprendizagem enriquecedora e intergeracional.

## **5 CONCLUSÕES**

O direito a educação ao idoso é fundamental para promover o envelhecimento ativo e saudável, bem como a inclusão social dessa parcela da população. O acesso à universidade é uma etapa importante nesse processo, permitindo que os idosos ampliem seus conhecimentos e vivenciem novas experiências.

Apesar de todos os entraves enfrentados pelas pessoas com mais experiência o número de estudantes com mais e 40 anos de idade aumentou cerca com 33% entre os anos de 2019 e 2021, representando à época cerca 13,4% dos alunos matriculados em cursos de graduação no Brasil, já os alunos com idade entre 18 a 24 anos houve uma significativa queda nas matrículas, cerca de 5,9% (Dados do INEP).

Entretanto, para garantir o pleno acesso dos idosos à educação, é necessário superar os conflitos geracionais por meio da conscientização e valorização da diversidade. A inclusão de idoso na educação é um desafio que deve ser enfrentado, com a finalidade de edificar uma sociedade igualitária e solidária, que valorize a experiência e a contribuição de todas as gerações.

No âmbito da educação para pessoas idosas, a conclusão pode consolidar os postos-chaves discutidos ao longo do texto, enfatizando a

importância do acesso à educação ao longo da vida, especialmente no ensino superior. Alguns pontos para inclusão na conclusão podem ser:

1     Reforçar a importância fundamental do direito à educação para todas as faixas etárias, incluindo os idosos, conforme estabelecido na legislação vigente.

2     Apontar os desafios enfrentados pelos idosos no acesso à educação, destacando questões como a falta de políticas específicas, preconceitos e discriminações geracionais.

3     Destacar os benefícios da educação contínua na vida dos idosos, contribuindo para o desenvolvimento pessoal, a inclusão social e o envelhecimento ativo.

4     Sublinhar a necessidade de desenvolver e fortalecer políticas públicas que facilitem o acesso dos idosos ao ensino superior, promovendo programas específicos, adaptados às suas necessidades.

5     Salientar a importância do conceito de "ócio criativo" como uma abordagem valiosa para promover a participação ativa dos idosos na educação universitária e em atividades enriquecedoras.

6     Abordar a aporofobia como um desafio a ser superado, especialmente no ambiente educacional, propondo ações como formação continuada, investimentos em tecnologias e criação de políticas públicas inclusivas.

7     Destacar a importância de promover o diálogo e a compreensão entre diferentes gerações no ambiente universitário, buscando superar conflitos geracionais e criar uma sociedade mais inclusiva.

8     Ressaltar a necessidade contínua de investimentos, tanto em estrutura quanto em formação, e a importância da conscientização da sociedade para garantir o pleno acesso das pessoas idosas à educação.

A conclusão de afirmação de políticas públicas pode ser uma oportunidade para inspirar ações futuras e enfatizar o papel central da educação na construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva para todas as gerações.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

Brasília: Diário Oficial da União. BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Brasília: Diário Oficial da União.

DE MASI, Domenico. O Ócio Criativo. Editora Sextante, 2001. DENIS, Rafael Cardoso.

Estatuto do idoso: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

[https://www.google.com/search?q=adele+cortina+aporofobia&oq=adele+cortina+aporofobia&gs\\_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCTExNjgyajBqN6gCALAACAA&{google:bookmarkBarPinned}sourceid=chrome&{google:instantExtendedEnabledParameter}{google:omniboxStartMarginParameter}ie=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:4d9af090,vid:DA3ocuiTk8,8,0](https://www.google.com/search?q=adele+cortina+aporofobia&oq=adele+cortina+aporofobia&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCTExNjgyajBqN6gCALAACAA&{google:bookmarkBarPinned}sourceid=chrome&{google:instantExtendedEnabledParameter}{google:omniboxStartMarginParameter}ie=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:4d9af090,vid:DA3ocuiTk8,8,0)

[https://www.google.com/search?sca\\_esv=588018538&tbm=vid&sxsrf=AM9HkKlqvjPWl9CK5v34LCZjDJos1bM2g:1701793120589&q=adele+cortina+aporofobia&sa=X&ved=2ahUKEwi9-Luz2fiCAxVJBbkGHVjPAO0Q8ccDegQIOBAH&biw=1366&bih=619&dpr=1#fpstate=ive&vld=cid:9c944294,vid:Kc92s05D8L8,8,0](https://www.google.com/search?sca_esv=588018538&tbm=vid&sxsrf=AM9HkKlqvjPWl9CK5v34LCZjDJos1bM2g:1701793120589&q=adele+cortina+aporofobia&sa=X&ved=2ahUKEwi9-Luz2fiCAxVJBbkGHVjPAO0Q8ccDegQIOBAH&biw=1366&bih=619&dpr=1#fpstate=ive&vld=cid:9c944294,vid:Kc92s05D8L8,8,0)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Dados Estatísticos – 2022. Brasília.

SAVIANI, D. História das ideais pedagógicas no Brasil. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2010. (Memória da educação).

TAVARES, D. E. A. presença do aluno idoso no currículo da universidade contemporânea: uma leitura interdisciplinar. 2008. 284 p. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.